

SOCIUS Working Papers

Teoria e Prática dos Movimentos Ambientalistas e Outros Atores Sociais do Nordeste do Brasil

Soraya Corrêa Domingues

Nº 06/2010

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
R. Miguel Lupi, 20 1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
URL: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/home.html>**

TEORIA E PRÁTICA DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E OUTROS ATORES SOCIAIS DO NORDESTE DO BRASIL

Soraya Corrêa Domingues

Resumo: Este artigo apresenta uma análise teórica e prática sobre a diversidade dos movimentos sociais ambientalistas do Nordeste do Brasil. A história dos movimentos ambientalistas no Brasil apresenta singularidades, tratamos neste artigo de identificar as transformações históricas que caracterizam o movimento social em geral e suas determinações no movimento ambientalista, destacando na actualidade as suas singularidades e características. Por meio da análise de dados do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas da Região Nordeste do Brasil no Ministério do Meio Ambiente, buscamos compreender as suas características fundamentais teóricas e práticas de modo complexo evidenciando as contradições deste movimento social os impactos de sua actuação.

Introdução

Este artigo apresenta uma análise sobre os movimentos sociais, em especial os movimentos ambientalistas do Nordeste do Brasil. O envolvimento com a temática foi construído a partir de estudos e pesquisas de natureza teórica, assim como participações em eventos e debates sobre o meio ambiente tanto em espaços acadêmicos como na própria ação de movimentos sociais, com destaque, para algumas actividades relevantes no Nordeste do Brasil, desde o ano de 2000: ações em áreas de reforma agrária, como estágio de vivência nos acampamentos e assentamentos do MST; organização de seminários como os *Encontros de Educadores e Educadoras do MST na Bahia*, realizados nos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005; o *Encontro Estadual das Mulheres do MST* de 2001, 2002, 2003; a produção, direção e edição de vídeo sobre o *Fórum de Educação do Campo do Estado da Bahia/2005 e o documentário M de Mulher do MST*, em 2002; ações académicas entre a *Universidade e a Associação de Moradores de Matarandiba na Ilha de Vera Cruz*, no período entre 2001 e 2006¹, e participação no vídeo *Agroecologia: ciência e Movimentos Sociais, produzido em 2006*, além de outras produções como relatórios técnicos científicos. Acreditamos que a importância dessas atividades para a construção deste artigo está no reconhecimento da organicidade dos intelectuais na acção colectiva em movimentos sociais permitindo, desta forma, uma aproximação com as problemáticas significativas dos grupos/movimentos sociais.

Neste sentido, chamamos atenção para a relevância de tal temática para a formação humana na Universidade. Segundo Domingues (2005)² há necessidade de desenvolver atividades que proporcionem o aprofundamento teórico-metodológico entre Universidade e os movimentos sociais, em especial os ambientalistas, por tratarem da questão da vida em todo o planeta elaborando planos de ações de interesse das comunidades em geral.

Nas ciências sociais e econômicas, os movimentos sociais representam uma temática que tem sido objeto da atenção de diversos pesquisadores, por serem formas de organização sociais típicas da sociedade civil, que atuam tanto no sentido de reformar quanto para transformar a realidade social. Em contrapartida, a produção sobre os movimentos sociais ambientalistas ainda é limitada, principalmente no que diz respeito a produções sobre a caracterização

¹ ACC Atividade Curricular em Comunidade/ACC denominada *de Cultura Corporal e Meio Ambiente* é um programa desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA que participei na construção da proposta e na consolidação através dos anos, na condição de tutora e pesquisadora, através do LEPEL, Linha de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer na FACED/ UFBA. Por fim apresento alguns dados na minha dissertação de mestrado sobre este trabalho em comunidade.

² O trabalho construído até hoje tem novas demandas como, o desdobramento da atividade Curricular em Comunidade Cultura Corporal e Meio Ambiente em outras regiões da Ilha de Vera Cruz oferecendo uma nova proposta de ensino, pesquisa e extensão no projeto Pescando Letras, que já foi aprovado pela Pró-reitoria de extensão, reitoria da UFBA e Ministério da Educação para trabalhar em outras regiões da ilha de Vera Cruz.

teórico-metodológica geral dos movimentos sociais.

Os autores, que se dedicaram a estudar tal temática, indicam ser este um campo complexo, com diversidade de atores, princípios e posições ideológicas. Devido a amplitude do país, este estudo busca compreender como se processa os tipos de movimentos ambientalistas a partir do caso do Nordeste do Brasil, buscando um panorama qualitativo e quantitativo das organizações governamentais e não governamentais do banco de dados do sítio do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (2010). Pretende-se, com isso, compreender os movimentos do Nordeste, devido ao nosso envolvimento orgânico em atividades gerais desta região, nos auxiliando nas análises dos dados, e também nas possibilidades para uma melhor inserção neste meio.

Movimento ambientalista: complexo, transclassista e multisetorial

Ao longo dos anos, os movimentos sociais passaram por transformações de ordem legal e prática caracterizando os movimentos ambientalistas. De outro modo, entendemos que esta amostra escolhida, nos inclinou para uma determinada pergunta: até que ponto isso compromete ou é uma nova possibilidade para a luta em defesa do ambiente? Nesse sentido pretendemos abordar o tema a partir da análise histórica sobre o processo de institucionalização e as alterações nos princípios e estratégias de luta face a intensificação da degradação ambiental e as relações com o Estado, o empresariado e outros atores movimentos sociais. E em seguida realizamos uma tipologização a partir de Foladori (2005) para compreensão dos fundamentos teórico-metodológico de ações, metas, objetivos entre outros dados encontrados para análise, desses movimentos.

A temática ambiental tem sido objeto de estudo por diversas áreas do conhecimento além de provocar intenso debate na sociedade. Nas ciências sociais este tema passou a ocupar a atenção dos pesquisadores, havendo um significativo número de publicações abordando desde a relação do ser humano com a natureza até situações específicas de degradação ambiental. Também na área das ciências sociais, os movimentos ambientalistas são abordados em estudos e pesquisas a partir de uma análise ampla da relação do ser humano com a natureza, considerando-se aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, conforme Moraes (1997).

Essa análise ampla dos movimentos sociais ambientalistas indicam que existem diversos tipos e concepções, segundo Gohn (2006), diversas mudanças são perceptíveis quando se estuda a história dos movimentos sociais no Brasil, são mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores, mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Essa variedade de abordagens associadas a definições mais empíricas do que analíticas torna difícil o desenvolvimento de estudos sobre os movimentos sociais, indicando,

contraditoriamente, ao mesmo tempo um campo interessante para pesquisas.

Gohn (2006) busca definir o termo movimentos sociais a partir da análise empírica e analítica. Para ela, os movimentos sociais são “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articulados em determinada conjuntura sociopolítica e econômica criando um campo político de força social na sociedade”.

Scherer-Warren (2002), nos estudos sobre os movimentos sociais, apresenta-o como um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias, societárias, no local, no nacional, e no planetário. Este conjunto de referências simbólicas apresenta uma grande diversidade que é estudada por diversos autores.

Os autores como Leff (2001) destacam a importância dos movimentos sociais por estes provocarem inovações nas esferas públicas, estatal e não estatal, e privada tendo participação direta ou indireta da luta política de um país e contribuições para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política, conseqüentemente participando nas mudanças sociais históricas, de caráter tanto progressistas como conservadoras.

Entendemos que há uma diversidade de movimentos sociais e portanto buscamos alguns pesquisadores que se preocuparam em produzir uma tipologia, veremos alguns deles. Segundo Touraine (1977), os movimentos sociais são de dois tipos: os “velhos”, vinculados às lutas de determinadas classes sociais e seus respectivos interesses e os “novos” que atravessam as classes expressando interesses únicos, de acordo com seus ideais, objetivos e ações. Entre os “novos” situam-se os movimentos ambientalistas os quais, segundo Touraine, buscam mudanças e alargamento das fronteiras entre os espaços públicos/ privados e a vida social, e envolvem lutas contra as velhas e as novas formas de dominação nesta área.

Já Gohn (2006) afirma, e temos concordância com ela, que esta classificação não reflete o conjunto dos movimentos, agrupando-os por categorias segundo suas reivindicações e formas de atuação. Segundo Gohn (2006), para autores como Tily (1984), os movimentos ambientalistas estão na categoria dos que foram construídos a partir de determinados problemas sociais, buscando enfrentar as dificuldades a serem superadas na sobrevivência cotidiana, independente das classes sociais, lutando por condições melhores de vida, como moradia, alimentação, saúde e a preocupação com a conservação de bens coletivos.

Nessa linha Viola (1987) observa que esses movimentos foram constituídos a partir de demandas da realidade concreta reivindicando mudanças de forma independente ou ao lado de outros movimentos sociais.

Nas ciências sociais, os movimentos ambientalistas são abordados em estudos e pesquisas a

partir de uma análise ampla da relação do ser humano com a natureza, considerando-se aspectos ideológicos, econômicos, políticos, sociais e culturais, conforme os estudos de Moraes (1997).

Por este panorama, segundo Viola (1987), caracterizar esses movimentos na sociologia não é tarefa fácil, pois, apresenta variedade e dinamismo em suas manifestações e possui um caráter complexo, transclassista e multisetorial em suas formas variáveis de expressão e de concentração política. Isso dificulta entender de uma maneira única as ações e os interesses dos que participam deste tipo de movimentos sociais. O que para nós representa uma provocação para o desenvolvimento de estudos e pesquisas qualitativos sobre a compreensão de Entidades Ambientalistas.

Marcas da história nos movimentos ambientalistas

Para compreender as transformações e buscar uma caracterização dos tipos de movimentos ambientalistas é necessária uma revisão histórica evidenciando as reconfigurações pelas quais eles passaram.

No Brasil, Viola (1987), Alexandre (2000), Loureiro (2006), Urban (2001), Scherer-Warren (2002), destacam a origem dos movimentos ambientalistas ligados a preservação da natureza e que este ideal foi sendo alterado devido as transformações políticas e históricas. Essa trajetória pode ser datada a partir do plano desenvolvimentista nacional da década de 50 em que o país busca enquadrar-se a divisão internacional do trabalho, e promove tanto a modernização da agricultura quanto a urbanização e o desenvolvimento do parque industrial que amplia a destruição da natureza, passando a preocupar a sociedade e dando margem para o surgimento, já nos anos 70 de organizações em defesa do meio ambiente, inicialmente individualizadas e posteriormente estruturadas como organizações coletivas.

O ambientalismo buscou inicialmente examinar tanto os componentes destrutivos da natureza, pela sociedade industrial, como também, difundir uma concepção preservadora que repensasse os usos e costumes da modernidade e seu impacto na vida humana e na natureza, construindo uma pauta de reivindicações, contra a contaminação ambiental, a exploração excessiva dos recursos e os desequilíbrios ecológicos, as crises de alimento, de energia e de recursos gerados pelos padrões dominantes da produção distribuição e consumo de mercadorias e os custos ambientais da concentração industrial e da aglomeração urbana, formulando propostas de estabelecimento de limites da política econômica.

O surgimento do ambientalismo possibilitou a volta a antigas reivindicações dos trabalhadores associadas as novas reivindicações relativas à vida. A questão ambiental é então

apontada como reivindicações em torno do problema da distribuição do poder e da renda, da propriedade privada da terra e dos meios de produção capitalista e sobre a incorporação da população nos mecanismos de participação nos órgãos corporativos da vida econômica e política.

Desse modo, as reivindicações ambientais se configuram dentro de um discurso antidesenvolvimentista e com base em princípios de descentralização, autogestão e autodeterminação que são valores mobilizadores da sociedade questionando a ordem econômica internacional, que leva ao esgotamento dos recursos, buscando transformações no nível nacional e internacional, conforme indicam os estudos de Löwi (2005).

Foster (2005) e Faladori (2005) são alguns dos autores que identificam, na gênese do movimento ambientalista, como questão central de reivindicação e de luta, a possibilidade de transformação nas atuais condições de vida da humanidade. Eles partem da concepção marxista da crítica à economia política capitalista, da alienação do ser humano consigo mesmo e com os outros, alienando-se, com isso, também da natureza. Chamamos atenção, que já nas produções de Marx (2000) do século XIX, que existem anúncios pontuais sobre a configuração do atual sistema capitalista para inclinação de relações destrutivas das forças produtivas, da natureza e também dos seres humanos.

A crítica central desses movimentos passa a ser o próprio do sistema capitalista, como um sistema sócio econômico destruidor da natureza e reivindicam uma sociedade não mais classista. Esta visão segundo Leis (1999) incomodou e ainda incomoda a ordem mundial econômica em todo o mundo.

No plano internacional, a preocupação com a destruição ambiental, por diversos motivos, passa a ser tema de debate. A Conferência de Estocolmo, já em 1972, sobre o “Ambiente Humano”, que reuniu 113 países, discutiu as questões ambientais, indicando um plano de ação mundial e recomendações sobre o estabelecimento do programa internacional para proteção ambiental.

No Brasil, as diretrizes mundiais representam a chegada das questões ambientais ao Estado. As mudanças políticas mundiais rebatem nas leis. A Secretaria Especial do Meio Ambiente é criada em 1988 para estabelecer as propostas de leis ambientais e os programas de estações ecológicas para pesquisa e preservação. São construídos outros espaços sociais para o debate e, neste mesmo ano, as associações ambientalistas elaboram um documento universal, questionando as pressões dos países desenvolvidos em relação ao pagamento da dívida externa dos países em desenvolvimento, acusando-os, de serem os responsáveis pelas transformações drásticas na economia, na sociedade e no ambiente em geral.

Essas tensões sociais mundiais e no Brasil impulsionam a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, em 1989. Desde então as políticas

ambientais no Brasil têm oferecido uma organização federal, estadual e municipal, com larga institucionalização histórica, com a criação de Conselhos Federais, Estaduais e Municipais e o incentivo a entidades ambientalistas, entre elas as Organizações Não Governamentais/ONGs e associações.

As diretrizes indicadas para a preservação ambiental em fóruns mundiais representam um marco fundamental para os movimentos ambientalistas. Foi o encontro da RIO 92 que resultou na construção da Agenda 21, em âmbito formal e não formal, trazendo propostas para examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas vinte anos após a Conferência de Estocolmo em 1972. Este encontro teve relevância pela identificação de estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais e recomendação de medidas nacionais e internacionais através de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável promovendo e aperfeiçoando a legislação ambiental internacional e nacional com a preocupação de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento.

Transformações históricas fundamentais ocorreram na década de 90. Segundo Brito (2002), Urban (2001) e Gohn (2006) os movimentos sociais decresceram numericamente, mas se fortaleceram qualitativamente, desenvolvendo estruturas e infra-estruturas de apoio, capacitaram-se tecnologicamente, passaram a se comunicar, por exemplo, pela internet e criaram estruturas nacionais como o CMP/ Central dos Movimentos Populares, trazendo conseqüências para os movimentos e alterando, por exemplo, a política interna de captação de recursos; a constituição de uma base de adeptos e militantes; a articulação com a sociedade civil e política por meios de política de parceria; o envolvimento de projetos sociais operacionais e a política de formação e qualificação de quadros.

Os Movimentos Sociais Ambientalistas enfrentam, hoje, as modificações das relações econômicas estabelecidas pela globalização e pelo modelo de desenvolvimento vigente imposto pelos países desenvolvidos por meio do sistema financeiro internacional através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Os estudos de Coggiola (2004) indicam que essas instituições articulam-se com empresas multinacionais em manobras devastadoras, como a legalização dos transgênicos, o crédito de Carbono, assim como também exercem influências sobre os valores sociais como o comportamento consumista e a uniformização dos indivíduos que compõem esta sociedade.

É neste contexto que os movimentos ambientalistas emergem em circunstâncias de mobilizações diversas e seus propósitos somam-se a outras causas populares e movimentos sociais em torno de reivindicações a determinados problemas sociais como administração pública setorializada, e regimes políticos centralizados e totalitários. Articulam-se às lutas das comunidades

indígenas, das organizações camponesas, operárias e populares mas também as causa das classes média urbana, às associações de base e neste processo de recomposição social surgem novas organizações, profissionais, órgãos não governamentais, grupos privados e associações civis que buscam participar dos espaços econômicos e políticos aberto pela problemática ambiental.

Um aspecto relevante na história dos movimentos ambientalistas é o processo de institucionalização que para alguns autores como, Viola (1987), Alexandre (2000) e Loureiro (2006), representam transformações que marcaram esses movimentos, no que diz respeito à perda de sua legitimidade pública, ocorrendo a profissionalização dos seus quadros que são cooptados pelo Estado, passando a agir e organizar-se e mobilizar em torno de projetos, na maioria das vezes para captação de recursos.

Indicamos portanto que as transformações históricas na teoria e na prática social do movimento ambientalista, desde os anos noventa até o presente, caracterizam-se por um movimento não homogêneo. As mudanças em alguns casos comprometem a luta em defesa do meio ambiente, pois, apresentam factores como processo de institucionalização e as alterações nos princípios e estratégias de luta dos movimentos face a intensificação da degradação ambiental e as relações com o Estado, o empresariado e outros atores movimentos sociais. É o que analisamos também no Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas.

A compreensão das entidades e a busca por referências

Utilizamos análise qualitativa social para interpretação dos dados. Os documentos analisados foram uma amostragem de 106 Entidades Ambientistas do Nordeste do Brasil, cadastradas no sítio do Ministério do Meio Ambiente acessados em junho 2010³. Para análise, primeiramente, foram acessadas páginas de cada uma das entidades. Posteriormente, analisamos algumas categorias que nos permitem, entender a complexidade da fundamentação teórica de cada uma das entidades pesquisadas, são elas: nome; metas ou objetivos; ações ou propostas; e apresentação geral ou ementa. Em princípio buscamos uma categorização das entidades, segundo uma determinada tipologia. Mas, após a análise de dados, devido ao objeto ter se apresentado de modo complexo, transclassista e multisetorial, nosso objetivo se modificou e por fim apresentamos as características gerais através apenas dos fundamentos da tipologia sugerida por Foladori (2005), sem com isso separar ou quantificar em tabelas e gráficos os dados analisados.

Foladori (2005) em termos teóricos concorre com importante contribuição e apresenta uma

³ Acessado em 2010 pelo sítio do Ministério do Meio Ambiente: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm>>

sistematização das diversas correntes de pensamento ambientalista. Utilizando o critério ético, distingue os ecocentristas dos antropocentristas, e considerando a sociedade dividida em classes, distingue ecocentristas e tecnocentristas dos marxistas. Nessa tipologia Foladori se distingue de outros autores que mostram as bases filosóficas ou se limitam a assinalar as diferenças entre as correntes, ao aprofundar as teorias científicas mais significativas que embasam as propostas.

Nos movimentos analisados encontramos uma concepção de natureza variável entre as diversas correntes e é necessário defini-las para entender em que elas se fundamentam. Essas definições expressam a compreensão ao longo da história, das relações entre o ser humano e a natureza.

O ser humano estabeleceu ao longo da história uma relação com o meio ambiente⁴ de transformações, hoje reconhecida como destrutivas. Essa relação vem sendo mediada pela produção dos meios de trabalho, ou seja, os instrumentos de trabalho que ele produz e transforma atendendo as necessidades individuais e coletivas.

Os meios de trabalho desenvolvidos pela base em avanços das ciências e das tecnologias concorrem para ampliar os problemas ambientais, mas também problemas sociais como a concentração de capital, a exponencial produção de desemprego, o trabalho precário, a miséria, o desrespeito aos direitos humanos entre outros.

No que se refere à relação do ser humano com a natureza, Foladori (2005) apresenta diversas concepções filosóficas que sintetizam bem a nossa análise dos movimentos ambientalistas: 1) a natureza como conjunto de todas as coisas existentes. Nesta concepção os produtos transformados pelo ser humano e os outros são considerados naturais dificultando, por exemplo, identificar quais os elementos prejudiciais para o meio ambiente, visto como resultado da subjetividade humana; 2) a natureza como conjunto das coisas que existem sem intervenção humana, com espontaneidade não deliberada, neste caso tudo que é externo ao ser humano é natural, excluindo este daquele; 3) a natureza como origem e causa de tudo que existe como explicação última e razão de ser. Nesta concepção se o ser humano faz parte da natureza, ele não pode se comportar de maneira incorreta, sendo o comportamento humano guiado pelas leis da natureza.

Já em plano de ações, objetivos e propostas, no que se refere às correntes, concordamos com Foladori quando ele destaca determinadas posições. As ecocêntricas entendem a natureza como esfera separada e justaposta da sociedade humana, onde a parte natural deve impor critérios de comportamento à parte social. São os critérios éticos construídos pela natureza e suas leis, como

⁴ Meio Ambiente é aqui compreendido como a complexidade do mundo. Segundo Leff (2001) é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento.

afirma Foster (2005). Isto significa reconhecer que esses critérios são construídos pelo ser humano a partir de valores intrínsecos e externos ao ser humano.

As posições tecnocentristas entendem a natureza como esfera separada da humanidade, onde o ser humano impõe seu domínio, confiando no desenvolvimento tecnológico. Esta visão é também antropocêntrica, pois considera que o comportamento humano está determinado pelas próprias necessidades e interesses humanos.

Além dessas posições tem o grupo dos que entendem a natureza identificada com tudo o que é real, onde se inclui tanto a atividade humana como o restante dos elementos naturais, está é a corrente dos marxistas, também antropocêntricos, mas que se diferenciam dos outros por compreender que a atividade humana é parte da natureza, o que implica um relacionamento diferencial por setores, classes e nações, com responsabilidades e interesses contraditórios e determinados historicamente.

A complexidade das correntes do pensamento ambientalista não se restringe somente a essas três, Foladori, produziu uma divisão detalhando as especificidades de cada uma tipologia, porém as categorias que apresentamos neste artigo são as mais relevantes para entender os movimentos ambientalistas do Nordeste do Brasil. Veremos com mais detalhe.

Entre os *Ecocentristas* existem dois tipos de movimentos. O primeiro, o da *ecología profunda*, que entendem a crise ambiental pela ética antropocêntrica, como decorrente do desenvolvimento tecnológico, industrial e urbano e da explosão demográfica, apresentando as seguintes soluções para a crise: o igualitarismo biosférico, a bioética, a detenção do crescimento urbano e industrial e do crescimento populacional. Seu objetivo geral é preservar a natureza (“santuário ecológico”). O segundo são os *Ecologistas “verdes”*, os quais entendem que os problemas estão ligados à industrialização e economia ilimitada, orientada ao consumo supérfluo, crescimento populacional, uso excessivo de recursos não renováveis em contexto de mundo finito e propõem as seguintes soluções: diminuição do consumo, detenção do crescimento populacional, desenvolvimento de tecnologias verdes, limpas e de pequena escala, energia limpa baseada em recursos renováveis, conservação da natureza e uso limitado em quantidade e qualidade.

O grupo dos *Ecocentristas* são encontrados com maior facilidade entre os sítios visitados, porém apresentam também características dos *Antropocentristas*. Pois foi identificado que, por vezes, o mesmo movimento ambientalista nas acções, apresentam indicadores que os aproximam deste grupo, enquanto nas metas ou objectivos propostos, verifica-se aproximações com os *Antropocentristas*.

Entre os *Antropocentristas* tem-se dois grandes grupos, os tecnocentristas e os críticos. Os tecnocentristas são 1) Os “*Cornucopianos*” que acreditam não haver crises ambientais,

considerando-as falsas ou não graves. Suas diretrizes são: o livre mercado sem participação estatal ou então limitada. Entendendo que qualquer escassez ou problema pode ser resultado da tecnologia e do mercado. Tem como objetivo, não limitar a economia de mercado, destes nos chamaram atenção nos dados analisados, pois encontramos apenas 2 (dois) que apresentam tais características.

2) Os *ambientalistas moderados* partem da análise de que há o uso excessivo de recursos naturais porque não são propriedades privadas e não tem preços adequados. Como soluções propõem políticas e instrumentos de gestão ambiental que internalizam os custos ambientais, crescimento econômico para financiar a preservação de tecnologias eficientes e limpas. Tem o objetivo de cuidar do meio ambiente e diminuir a pobreza para não prejudicar a economia. Encontramos em quase todos os movimentos propostas, metas e objetivos que os aproximam deste grupo mas ao mesmo tempo com indicadores dos antropocêntricos críticos.

Entre os *antropocêntricos críticos* situam-se: 1) Os *ecodesenvolvimentistas* que entendem a causa da crise na pobreza como responsabilidade da crise ambiental assim como o consumo dos ricos, o modelo produtivista e consumista imposto por países hegemônicos em um mundo historicamente desigual, tecnologias inapropriadas e dominação cultural. Indicam como soluções a diminuição da pobreza, o desenvolvimento de modelo de produção e consumo alternativo baseado em recursos naturais locais, conhecimento local, alternativas tecnológicas locais, equilíbrio e integração rural urbana, objetivando desenvolvimento auto sustentável baseado nas satisfações da sociedade. 2) A corrente da *ecologia social* entende que o problema está relacionado à relação de domínio entre os seres humanos e a natureza, lógica de mercado e indicam as soluções pela expansão das comunidades auto gerenciadas com produção de pequena escala e relação de cooperação, tendo como objetivo uma sociedade solidária sem dominação entre os seres humanos e a natureza. 3) Os *Marxistas* entendem que as relações sociais de produção e exploração compreendem a natureza externa, particularmente as relações capitalistas que supõe a produção ilimitada e crescente desemprego. Propõem como soluções a transformação das relações sociais capitalistas para outras não classistas e solidárias baseadas em propriedade e gestão social dos meios de produção. Tem como objetivo a sociedade sem exploração entre os seres humanos, onde o uso responsável da natureza, seja inerente a lógica social da produção para a satisfação das necessidades.

Em geral os grupos que apresentam propostas de crítica a sociedade para indicar como possibilidade a mudança da relação do ser humano com a natureza, situam-se entre aqueles que acreditam em mudanças locais econômicas, sociais e culturais. Com exceção de apenas um grupo identificado com características dos *Antropocentristas* críticos marxistas.

Conclusões

Concordamos com Foladori (2005) ao afirmar que uma tipologia do pensamento ambientalista evidencia as grandes diferenças, por vezes, até contraditórias, entre elas, o que se constitui em importante referencial teórico para a compreensão dos diversos movimentos ambientalistas que surgiram, principalmente, a partir dos anos 2000. Cresce e vem se diferenciando, em especial pelo processo de institucionalização (GONH 2000), ocorrido nos anos 90 e que altera profundamente a teoria e a prática de orientação aos ambientalistas.

Iniciamos este artigo revisando a literatura sobre um dos temas de grande relevância nas ciências sociais que são os movimentos sociais e, entre eles, chamamos atenção para os ambientalistas, posteriormente demonstramos como alguns autores veem os impactos nos movimentos ambientalistas das mudanças sócio-históricas, por fim, indicamos os tipos de movimentos analisados através dos dados deste artigo.

Em linhas gerais chamamos atenção para o fato de não termos trabalhado os dados quantitativamente, em tabelas ou gráficos. Estes resultados categoriais dos tipos encontrados não demonstrariam de fato como se caracterizam os movimentos estudados, visto que cada um dos movimentos analisados, segundo seus objetivos ou metas, ações ou propostas e ementas ou princípios, apresentam essas características de modo difuso. O que nos remete a pensar em acordo com os autores estudiosos sobre a complexidade dos movimentos ambientalistas ou como podemos chamá-los de novos movimentos sociais. Não existindo, para nós, apenas um movimento ambientalista mas diversos, e cada um deles guarda características variantes.

Consideramos importante a compreensão das modificações históricas e da caracterização destes movimentos sociais tendo em vista que, internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo seus interesses, reivindicações (valores, crenças, ideologias) e os repertórios de ação coletiva que geram, composição social e articulações. Externamente o contexto sócio-político e cultural, articulações e redes externas, e as relações dos movimentos como um todo entre os outros movimentos e lutas sociais, suas relações com órgãos estatais e demais agências da sociedade política e articulações diversas em especial, com empresas e a mídia, determinam a caracterização dos atuais movimentos sociais ambientalistas.

Concluimos que essa característica de ser complexo, transclassista e multissetorial nos indica contradições. Por um lado a diversificação da fundamentação filosófica pode dificultar a ação, e a tomada de decisão política, correm o risco de ficar a mercê de decisões quaisquer, superficiais, efêmeras e distantes de uma meta clara e objectiva ambientalista. Por outro lado essa diversificação de pensamento, fundamentação e ações, abre a perspectiva para possibilidades de

actuação diversificada em sectores distintos, na busca por soluções ambientais, sejam elas *ecocêntricas* ou *antropocêntricas*, principalmente no que diz respeito a vinculação com outros movimentos sociais indicando um vasto campo para inserção na sociedade civil em busca de mudanças para uma vida mais equitativa.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGROECOLOGIA: Ciência e Movimento Social. **Documentário: Educação do Campo** Gabriel, Roteiro e Direção: Altino Bomfim, Geraldo Sampaio Costa, Manoel Baltazar, Marize Carvalho e Menandro Ramos, Entrevistadoras: Soraya Domingues, Maria Cecília de Paula Silva, UFBA, CNPQ, 2006.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. **A Perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro**. Uma contribuição à crítica do movimento. Florianópolis, edifurb, Editora da UFSC, 2000.
- ALEXANDRE, Agripa faria. **O papel do Ministério Público e dos Movimentos Ambientalistas na ilha de Santa Catarina**. EDIFURB, Editora da UFSC, Santa Catarina, 2004.
- ALIMONDA, Héctor. (Org.) **As Instituições Públicas e o Meio Ambiente no Brasil e na América Latina**. Clélia Parreira, Héctor Alimonda (organizadores), Brasília: Flasco Brasil, Abaré, 2005.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas** < <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cnea.cfm> > data de acesso 19 de Junho de 2010.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Ecologia e Marxismo**. In: Motrivivência, ano XVI, nº 22, p. 39-46. Junho de 2004.
- BRITO, Francisco A., Câmara João B. D. **Democratização e Gestão Ambiental: Em busca do desenvolvimento sustentável**. 3º ed. Petropolis, Vozes, 2002.
- DOMINGUES. Soraya Corrêa. **Cultura Corporal e Meio Ambiente na Formação de Professores**. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, UFBA, Bahia, 2005.
- FOLADORI, Guillermo. **Uma Tipologia del Pelsamiento ambientalista**. In: Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo suetentable. Guillermo Foladore y Naína Pierri (Org). Universidade Autônoma de Zacatecas, Migeul Angel Porrúa, México, 2005./ fala@estudiosdeldeserollo.net.
- FOSTER, John B. **A Ecologia de Marx Materialismo e Natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigma Clássico e Contemporâneo. Edições Loyola, 5 edição, 2006.
- LEIS, Hector. **A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2001.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico. Uma abordagem política**. Editora Quartet, Rio de Janeiro, 2006.

- LÖWI, Michel. **Ecologia e Socialismo**. Editora Cortez, São Paulo, 2005. Questões de nossa época.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 8ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. Editora Hucitec, 2ª edição, São Paulo, 1997.
- MYNAIO, M. Cecília. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- SCHERER- WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais e participação**. In: Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade. Adailza Sposati, Bader Burihan Sawaia, Dalmo Dalari, Ilse Schere Warrer. Et al/ coordenador Marcos Sorrentino. São Paulo. EDUC/ FEPESP, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais. Um ensaio de interpretação sociológica**. Editora UFSC, 2ª edição, 1987.
- TILLY, Charles. **Social Movement and National Politics**, in Bright, C. e Harding, S. Statemaking and Social Movement. Michigan, Un Press.
- TOUREINE, Alain. **Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes**. In: Albuquerque, J. A. G. Org. Classes Médias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- URBAN, Teresa. **Missão (Quase) Impossível. Aventuras e desventuras do Movimento Ambientalista no Brasil**, São Paulo, Editora Peirópolis, 2001.
- VIOLA, E. **O Movimento Ecológico no Brasil. 1974- 1986: do ambientalismo à ecopolítica**. In: Pádua, J. A. Organizador. Ecologia e política no Brasil. Editora Espaço e Tempo e IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987.